

# NOSSA AGECEF

O Jornal da Associação dos Gestores da Caixa - Bahia

Nº 9 - Março de 2015



Presidente: Antonio Vianna

## A Caixa é inegociável



Diretoria da AGECEF-BA tem participado ativamente de todas as mobilizações em defesa do principal banco público do país

Economista do Dieese  
fala sobre impactos das  
medidas do governo para  
os trabalhadores

Página 2

Bahia agora conta com  
Comitê em defesa da  
Caixa 100% pública para  
unificar as ações

Página 3

Gestores da Caixa podem  
ficar por dentro da  
situação da Funcef no  
jornal *Nossa Agecef*

Página 4

# Fator econômico se sobrepõe ao social

Em um bate-papo com a equipe do jornal **Nossa Agecef**, a economista do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), **Nádia Vieira Souza**, fala sobre os impactos para o trabalhador após o pacote de medidas do ajuste fiscal, anunciado pelo governo federal no início de 2015.

**NOSSA AGECEF:** Após 21 anos de ditadura militar, período de grande repressão, as conquistas dos trabalhadores foram reestabelecidas. Mas, agora, acontecem novas retiradas de direitos. Como você avalia?

**NÁDIA VIEIRA SOUZA:** O brasileiro passou pela ditadura militar, com forte arrocho salarial durante anos. Depois, na década de 90, houve avanço do neoliberalismo, inclusive, com mais flexibilização do mercado de trabalho e perda de direitos para os trabalhadores. No início dos anos 2000, aconteceu uma trégua, porém, nem tão confortável assim. Diversos temas que eram importantes para a classe trabalhadora deixaram de ser discutidos. As pendências perduram até hoje. A luta pelo fim do fator previdenciário, por exemplo. A mobilização contra a terceirização, com o projeto de lei 4330, é uma discussão muito importante de ser feita, mas não conseguimos avançar. Agora somos surpreendidos com duas novas medidas provisórias, que também interferem na vida do trabalhador.



**Governo muda o seguro-desemprego**

**NOSSA AGECEF:** E o impacto das medidas?

**NVS:** Em 2014, os cofres públicos fecharam com déficit de R\$ 17,4 bilhões. O governo começou 2015 com o anúncio do pacote de medidas para tentar reverter a situação e estimular a economia. Entre as propostas, têm as de caráter social, que mexem com o seguro-desemprego, abono salarial,

pensão por morte e auxílio doença. Do outro lado, de cunho econômico, elevação do PIS e Cofins para produtos importados, cobrança de IPI no setor de cosméticos, tributação dos combustíveis, aumento do IOF, correção da tabela do IR e mudanças na desoneração das folhas de pagamento. Essas medidas devem representar uma economia de cerca de R\$ 18 bilhões para o governo. Mas, até que ponto essas medidas que atingem diretamente o trabalhador eram necessárias? É como se o fator econômico se sobrepusesse ao social.

**NOSSA AGECEF:** Uma das justificativas para alterar as regras do seguro-desemprego é a alta rotatividade. Você concorda?

**NVS:** A taxa de rotatividade do mercado de trabalho formal [celetistas e estatutários] foi de quase 55% em 2013. É como se a cada 10 trabalhadores que entram no mercado, cinco saem. Quando analisada apenas a rotatividade por conta do empregador, o índice é de 37,5%. É muito alto. Nos países da Europa ou da Ásia, onde o mercado é mais estabilizado, a taxa global gira em torno de 25% e, em geral, é o empregado que pede para sair. No Brasil, entre os trabalhadores regidos pela CLT, o índice é ainda maior, de 64%. Do total, 43% são por conta da iniciativa do empregador.

**“Até que ponto essas medidas que atingem diretamente o trabalhador eram necessárias para a economia?”**

**NOSSA AGECEF:** E o que pode ser feito?

**NVS:** Se o governo entende que precisa melhorar o sistema público de emprego, o ideal seria aprimorar o acesso ao seguro-desemprego e à formação profissional de outras formas e não retirar a possibilidade de os trabalhadores acessarem os benefí-



**Economista do Dieese, Nádia Vieira Souza**

cios. Algumas das proposições dos trabalhadores são rever o papel do Conselho do Pronatec e a participação do Codefat, além da questão do cadastro do Sine, que é muito frágil. Em relação ao combate da rotatividade, tem sido sugerida a regulamentação do artigo 239 da Constituição Federal, que trata da sobretaxa para empresas que têm uma rotatividade acima da média. No entanto, mais importante do que taxar, é reduzir a média e ampliar a proteção do emprego, com a regulamentação da Convenção 158 da OIT.

**NOSSA AGECEF:** Você falou sobre juros altos. No Brasil, as taxas sobem consecutivamente. O trabalhador também sente no bolso. Correto?

**NVS:** Quando o Banco Central eleva os juros, a intenção é frear o crescimento da economia para tentar barrar o avanço da inflação. Porém, o assalariado sabe que taxas mais altas encarecem o financiamento da casa própria e de bens duráveis, por exemplo. Sem contar que os bancos aproveitam para subir os juros. Toda a cadeia do setor financeiro se beneficia.

**NOSSA AGECEF:** Diante da atual conjuntura político e econômica do país, qual o maior desafio do trabalhador?

**NVS:** Vivemos em um país com três poderes e devemos respeitar a independência de cada um deles. Então, não é por meio de decreto presidencial, por exemplo, que o trabalhador vai garantir novas conquistas. As medidas e os projetos de lei precisam passar pela Câmara Federal e Senado. Só para desenhar a característica da nova legislação que tomou posse em 2015, o setor empresarial tem 273 representantes no Congresso, da base sindical, dos trabalhadores, apenas 91. É uma luta difícil. Até para aprovar algumas propostas, é complicado.

# Bahia cria comitê em defesa da Caixa



Para os gestores da Caixa, abrir o capital do banco rompe o caráter exclusivamente público

A Bahia sai na frente e cria um comitê estadual em defesa da Caixa 100% pública. A AGECEF-BA (Associação dos Gestores da Caixa) faz parte do grupo, que conta ainda com a participação do Sindicato, Federação dos Bancários da Bahia e Sergipe, Associação dos Economistas Aposentados (AEA), Apcef e mo-

vimentos de moradia popular.

As ações contra a abertura de capital do banco contam também com manifestações nas ruas, nas redes sociais, no Congresso Nacional, nas Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas dos estados.

"É um erro muito grande tentar se desfazer de um importante pa-

trimônio, principalmente quando ele pode ser utilizado para aplicação das políticas sociais", declarou o presidente da AGECEF-BA, Antonio Vianna, durante audiência pública, ocorrida na Alba.

"Nenhum outro banco tem esse perfil. O país precisa da Caixa, para ajudar a regular o mercado, a controlar os valores

das taxas, minimizar as tarifas bancárias e justamente atender ao segmento da sociedade que os bancos particulares não têm interesse", concluiu.

O diretor da AGECEF-BA, Antonio Messias, foi enfático durante o discurso. "Não será admitida a venda de nem 0,001% da empresa". Os números jogam a favor dos bancários. A Caixa está em plena expansão. Não é só isso. A instituição financeira é fundamental para o desenvolvimento do país. No auge da crise financeira mundial ele-veu a concessão de crédito e a participação no mercado, fatores refletidos na carteira de correntistas e poupadores, hoje em mais de 78,3 milhões.

Responsável pela audiência, a deputada Maria del Carmem (PT), presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano, ressaltou a importância de toda a sociedade vestir a camisa em defesa da Caixa.

## Rumos do banco no ENAGECEF

Desde que foi anunciada, a proposta de abertura de capital da Caixa é debatida pelos gestores do banco em diversas oportunidades. Foi assim no 56º ENAGECEF (Encontro Nacional das Associações dos Gestores da Caixa), realizado em março, em São Paulo.

Foram dois dias de importantes discussões. No primeiro, a deputada federal, Érika Kokay, também funcionária do banco, ministrou palestra e chamou atenção para o risco de comprometer o papel social da instituição financeira, além da necessidade de defender o emprego e melhores condições de trabalho nas agências.

A parlamentar citou ainda as

reformas estruturais que o país precisa. Ressaltou também a dificuldade de colocá-las em prática em função do Congresso Nacional conservador e pouco interessado em atender a pauta dos trabalhadores.

No segundo dia, o presidente do Condel (Conselho Deliberativo) e diretor da AGECEF-BA, Antônio Messias, enfatizou a importância da mobilização e unidade para impedir a abertura de capital do banco. Ele lembra que os brasileiros aguardam a confirmação do governo federal sobre a desistência da proposta. Até que isso aconteça, a luta continua.

Participaram do 56º ENAGECEF pela AGECEF-BA (Associa-



No ENAGECEF, a deputada Érika Kokay repudia a abertura de capital da Caixa. Mesma posição tem a diretoria da AGECEF-BA



ção dos Gestores da Caixa), o presidente Antonio José Vianna e os diretores, Paulo Roberto

do Amor Divino de Souza, Cristiano Boaventura de Medeiros e Luciano Costa Talavera.

# A verdadeira situação da Funcef

A AGECEF-BA (Associação dos Gestores da Caixa) tem preocupação especial com a Funcef. Ciente da importância do fundo de pensão para todos os participantes, da ativa e aposentados, a partir deste mês, o jornal **Nossa Agecef** traz matérias exclusivas sobre a situação da Funcef.

A intenção é deixar todo mundo por dentro do que acontece, sobretudo sobre a saúde financeira da fundação.

Os gestores que tiverem dúvi-

das e quiserem esclarecimentos podem enviar *email* para [redacaoagecef@gmail.com](mailto:redacaoagecef@gmail.com), que a equipe de jornalismo da entidade vai buscar as respostas junto com a direção.

Uma das principais preocupações é com o balanço do fundo de pensão, que nos últimos anos tem passado por dificuldades. Por isso, neste mês, os gestores podem conferir alguns fatos relevantes da atuação dos representantes dos diretores eleitos da fundação.



Situação financeira da Funcef preocupa todos os empregados

**Manifestação** contrária dos diretores eleitos, mas derrotada por voto de qualidade, à contratação da empresa INPRESS Oficina Assessoria de Comunicação, pelo valor mensal de R\$ 74.300,00, para realização das seguintes atividades: Assessoria de Comunicação para Imprensa e formadores de opinião; elaboração e fornecimento de clipping jornalístico; planejamento e gestão da presença da FUNCEF nas redes sociais Twitter e Facebook; Monitoramento da presença da FUNCEF nas redes sociais; nossa recusa se deu por conta, dentre outros, dos seguintes aspectos: relação custo x benefício envolvida; baixa percepção das vantagens advindas da terceirização proposta; delegação, ao prestador de serviço, da elaboração do planejamento do posicionamento da FUNCEF redes sociais;

**Aprovação** da proposta, elaborada pela DIBEN/DIATI, de internalização da administração da Carteira de Financiamento Imobiliário da FUNCEF, oriunda do extinto Clube Imobiliário, ao custo anual de R\$ 464 mil, gerando uma economia de R\$ 164 mil/ano;

**Reporte**, pela DIBEN, do alcance da marca de 3.892 benefícios revisados, num universo estimado em 5.951 benefícios concedidos com indícios de diferenças no valor devido ao participantes, no período de 2006 a 2008, cujo montante foi apurado em trabalho conduzido em meados de 2010, por GT especialmente constituído à época. Desse montante revisto, identificou-se que 1.441 encontravam-se regulares, 2.001 benefícios foram concedidos a menor do que o devido, sendo providenciada a devida regularização e pagamento das diferenças devidas, e para os 450 restantes constatou-se que foram concedidos a maior, gerando a necessidade de devolução à FUNCEF. Destes 450, 241 já foram regularizados e outros 209 estão com devolução em andamento, com saldo devedor a favor da FUNCEF no montante de R\$ 2,9 milhões. Foi aprovado ainda que tal procedimento, de caráter permanente, terá seu balanço atualizado semestralmente;

**Aprovada** a proposta, formulada pela DIBEN, de inibição da impressão/remessa dos contracheques de benefícios concedidos a partir do mês de Janeiro/2015, sendo disponibilizada a versão eletrônica do mesmo, em formato PDF, no site da FUN-

CEF. Não haverá, por ora, qualquer mudança para os contracheques dos assistidos cujos benefícios foram concedidos em data anterior. Atualmente, o custo anual global com os serviços de impressão/postagem de contracheques alcança a cifra de cerca de R\$ 700 mil;

**Manifestação** contrária dos Diretores Eleitos, mas aprovada pela Diretoria, ao pedido formulado pela FENACEF de apoio financeiro à realização dos Jogos da FENACEF, no montante de R\$ 100 mil;

**Definição**, pela Diretoria, do calendário de elaboração da Política de Investimentos 2016, contemplando a apreciação pelo Comitê de Assessoramento Técnico de investimentos em dois momentos: no mês de SET 2015, para avaliação dos cenários estimados pela DIRIN/GEMAC para os exercícios subsequentes, e em OUT 2015, para avaliação da prévia da Política de Investimentos, que prevê a submissão ao Conselho Deliberativo até o dia 25 NOV;

**Recebimento**, pela FUNCEF, no valor de R\$ 10,8 milhões, oriundo da patrocinadora, decorrente do reconhecimento da existência de pendências financeiras, por inobservância, pela CEF, da paridade contributiva do REG/REPLAN Não Saldado, no período de 2005 a 2009;

**Recebimento**, pela FUNCEF, no valor de R\$ 36,7 milhões, oriundo de decisão arbitral final favorável, no procedimento entre FUNCEF x CAIXA SEGUROS, envolvendo litígio acerca da cobertura de sinistros de empréstimos concedidos pela FUNCEF aos participantes, no período de 1990 a 2007.

**Apresentação**, pelo Diretor Max Mauran, de carta de renúncia, em caráter irrevogável, ao cargo de membro titular do Conselho de Administração da empresa OAS Empreendimentos, em razão de divergências quanto à condução da governança empresarial. A FUNCEF possui participação de 20% na empresa, equivalentes a R\$ 400 milhões, dos quais R\$200 milhões já aportados em 2013 os demais R\$ 200 milhões aguardando deliberação da Diretoria para sua concretização.